

Sindicato classifica atitude de 'grande equívoco'

O presidente do Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo, Chafic Farhat, qualificou a exclusão da saúde como área prioritária do Orçamento da União para este ano como "um grave equívoco do Ministério da Fazenda". Segundo ele, a consequência imediata desse "equívoco" é que, agora, o Ministério da Saúde fica sem dispor de meios legais para fazer os pagamentos dos atendimentos médico-hospitalares da rede que mantém convênio com o Sistema

Único de Saúde (SUS). "Esse fato retrata a incompetência do Ministério da Fazenda para resolver suas dívidas", afirmou Farhat.

Reunião — Hoje à tarde, Chafic Farhat, que preside ainda a Frente Parlamentar da Saúde e é secretário-geral da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fenaess), juntamente com representantes de mais 50 entidades ligadas à área (sindicatos e associações do Brasil), tem um

encontro com o ministro da Saúde, Henrique Santillo, em Brasília, para discutir a situação dos hospitais. A dívida do Ministério da Saúde em janeiro com os hospitais é de CR\$ 180 bilhões.

'Estranho' — Em nota divulgada à imprensa, Farhat afirmou ser "estranho que a Medida

Provisória 422, embora não priorize a saúde, garanta os pagamento de bolsas de estudo, despesas no

Exterior do Ministério das Relações Exteriores, livro didático e benefícios ao servidor público, inclusive assistência médica e odontológica".

Para a diretora do Hospital Santa Marcelina, localiza-

do na Zona Leste da cidade, irmã Maria Teresa Lorenzoni, a publicação da Medida Provisória 422 demonstra um grande desrespeito do governo para com a população. "O chefe da Nação está desrespeitando um direito inalienável do povo, que é a saúde", disse irmã Maria Teresa. Diante desse fato, segundo a diretora do Hospital Santa Marcelina, o cidadão tem muito pouco a esperar do presidente da República. "Ele deveria dar o exemplo", afirmou.

FARHAT: 'FATO
RETRATA
INCOMPETÊNCIA
DA FAZENDA'